

agraco, pela forma de louvor, Jorge Manuel Pires Monteiro, inspector, por, ao longo de mais de 10 anos de carreira, ter evidenciado, de forma reiterada, elevados índices de profissionalismo, voluntariedade e devoção aos princípios e objectivos da instituição que serve, no exercício das funções de formador interno do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, hoje Escola de Polícia Judiciária, contribuindo de modo altamente relevante para a sedimentação e o desenvolvimento do conhecimento na Polícia Judiciária.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

202419027

Despacho n.º 22751/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, nos termos do disposto nos artigos 86.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, 1.º, n.ºs 1 e 2, alínea d), 2.º, 3.º, n.º 2, 4.º, n.º 1 e 9.º, do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agraco, pela forma de menção elogiosa, Paulo Alexandre Peixoto Abalada e Pedro Penha Leitão da Costa Marques, inspectores da Polícia Judiciária por, ao serviço da Secção Central de Investigação de Criminalidade de Alta Tecnologia, e enquanto ligados aos grupos de trabalho internacionais sobre a criminalidade informática e de telecomunicações, evidenciarem elevados índices de profissionalismo, voluntariedade e competência técnica, por forma a prestigiarem a instituição que servem e o País.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

202418809

Despacho n.º 22752/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, e nos termos do disposto nos artigos 1.º, 2.º, 4.º, n.º 1 e 8.º, n.º 1, do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agraco, pela forma de louvor colectivo, João Carlos Dias Soares, inspector-chefe, Carlos Fernando Carvalho Lopes, Paulo Alexandre Ferreira Gomes, António Manuel Gonçalves Macedo, Augusto Peixoto Oliveira Coutinho, Fernando Pereira Carneiro, José Augusto Alves da Silva, José António Gonçalves Mendes da Cruz e José Fernando Rodrigues Pereira de Castro, inspectores, por, no âmbito do inquérito n.º 173/04.3JABRG terem evidenciado elevados níveis de profissionalismo, competência e dedicação que prestigiaram a instituição a que pertencem.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

202419002

Despacho n.º 22753/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, nos termos do artigo 26.º, n.º 5, alínea e), da Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto, dos artigos 1.º, n.ºs 1 e 2, alínea c), 2.º, 3.º, n.º 2, 4.º, n.º 1, e 8.º do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agraco, pela forma de louvor colectivo, Olegário António Garcia de Sousa, inspector-chefe, Filipe Augusto Ferreira, Maria Isabel de Paiva Alexandre, António Henriques Gonçalves Rodrigues, Nuno Eduardo Jordão Valentim, Paulo Alexandre Guilherme Gomes e Rui Gabriel do Coito Custódio, inspectores, e Luís Manuel Bandeiras Prazeres, agente motorista, pela dedicação e empenho profissional que granjearam e levaram a resultados que engrandeceram a Polícia Judiciária e merecem o reconhecimento interno.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

202419587

Despacho n.º 22754/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, e nos termos dos artigos 1.º, n.ºs 1 e 2, alíneas c) e d), 2.º, 3.º, n.º 2, 4.º, n.º 1, 8.º e 9.º do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agraco, pela forma de louvor colectivo, os seguintes funcionários:

Domingos António Leitão dos Reis, coordenador de investigação criminal, António José Pimentel Dias, inspector-chefe, João Carlos

Dias Branco, inspector-chefe, José Manuel Roquete Martins Abrantes, inspector-chefe, Victor Manuel Tavares de Almeida, inspector-chefe, Manuel Maria Martins Lico, inspector-chefe, Fernando Manuel dos Santos Bispo, inspector, Paula Alexandra da Conceição Domingos Carvalho, inspectora, Henrique Bruno Pacheco Severino, inspector, João Carlos da Silva Pereira, inspector, António Manuel Ferreira Oliveira da Silva, inspector, António Manuel Garcia dos Santos, inspector, Frederico Joaquim Ribeiro Louro, inspector, Pedro Manuel Henriques dos Santos e Sousa, inspector, Victor Manuel Colaço de Castro, inspector, Sandra da Conceição Faustino Semedo, inspectora, Miguel Martins dos Ramos, inspector, Pedro Manuel Martins Mendes, inspector, João Luís Viegas Xavier, inspector, Adão da Silva Santos, inspector, Nuno Miguel Esteves de Melo e Almeida, inspector, Cristina Paula Rodrigues, inspector, João Paulo de Oliveira David, inspector, Paulo Alexandre Fortes Marchã, inspector, João Gabriel Serafim Chasse Santo, inspector, Nuno Miguel da Silva Abreu, inspector, Luís Miguel do Rosário de Almeida Pereira, inspector, Valter Leonardo Fernandes Pereira da Silva Lucas, inspector, e Fernando Manuel Rosa Gouveia, inspector.

Agraco ainda, pela forma de menção elogiosa, Ana Maria Ferreira Rosendo, especialista auxiliar, por ter evidenciado, nas investigações ocorridas no ano de 2005, nas 6.ª e 7.ª Secções da Directoria de Lisboa, da Polícia Judiciária, elevados índices de profissionalismo, coragem, disponibilidade e abnegação, que permitiram diminuir, de forma importante, as pendências de inquéritos, aumentar muito significativamente o número de detenções e desarticular um grande número de grupos criminosos responsáveis por muitas acções criminosas de carácter violento.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

202419108

Despacho n.º 22755/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, nos termos do artigo 26.º, n.º 5, alínea e), da Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto, e artigos 1.º, n.ºs 1 e 2, alínea c), 2.º, 3.º, n.º 2, 4.º, n.º 1, e 8.º, do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agraco, pela forma de louvor colectivo, Artur Manuel de Sousa Correia, inspector-chefe, José Alpoim Coutinho Mesquita, Ricardo Jorge Morais Gomes Rodrigues, António Manuel Lima Vieira, Paulo Alexandre da Silva Jordão de Sá Alípio, Pedro Gonçalves Rama Azevedo e Pedro Jorge Fernandes Nunes, inspectores, pela dedicação e empenho profissional que granjearam e levaram a resultados que engrandeceram a Polícia Judiciária e mereceram o reconhecimento interno.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

202419368

Despacho n.º 22756/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, e nos termos do disposto nos artigos 86.º do Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, e 1.º, n.ºs 1 e 2, alínea c), 2.º, 3.º, n.º 2, 4.º, n.º 1, e 8.º, todos do Regulamento de Mérito da Polícia Judiciária, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 32/2001, de 31 de Julho, agraco, pela forma de louvor colectivo, António José Monteiro Gonçalves, inspector-chefe, João Carlos Fernandez de Deus Abreu, Maria Paula Lopes Cortes de Carvalho e Santos Filipe, Arlindo Ferreira, Carlos Alfredo Carvalho Lemos, Mário de Almeida Baptista de Matos, José António Pessoa dos Santos, António Manuel Esteves Andrade Nunes de Sousa, Eduardo David Fontoura, Arménio João da Conceição Craveiro, Fernanda Maria Ferreira Pires, Paula Luísa Cortez de Brito, Ana Branca Marques Góis, Ana Catarina Rodrigues Moura Maia, todos inspectores, pela capacidade de trabalho, determinação, espírito de sacrificio, coragem, profissionalismo e persistência demonstrados na investigação do NUIPC 301/06.4JACBR, que culminou com a apreensão de sete milhões e quinhentos mil dólares de notas contrafeitas de USD 100,00, de todo o equipamento tipográfico e informático utilizado na contrafacção e com a identificação e detenção de todos os indivíduos que integravam a organização criminosa autora dos factos, tendo contribuído de forma relevante para o prestígio da instituição que servem e do País, nomeadamente no quadro da cooperação internacional.

8 de Outubro de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

202418144

Despacho n.º 22757/2009

Por proposta do director nacional da Polícia Judiciária, ouvido o Conselho Superior da Polícia Judiciária, e nos termos do disposto nos